



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Gestão e Inovação  
Departamento de Normas e Sistemas de Logística  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica

ATA DE REUNIÃO

Data: 21/12/2023

Hora: 10h00 às 11h25

Local: Sala Virtual - [Comitê Gestor do PNCP](#)

Participantes.

I - Representantes da União:

a) Pela SEGES;

Everton Batista dos Santos – como suplente do Presidente, conforme Portaria publicada no DOU 20/12/2023 de nº 14.234/2023.

b) Pelo poder Judiciário;

Johaness Eck; Bruno Cesar de Oliveira Lopes.

c) Pelo poder Legislativo;

Victor Aguiar Jardim de Amorim; Gustavo Terra Elias.

d) pelos Estados e Distrito federal;

Muriel Moreira; Edmilson Martins de Siqueira; Rebeca Alves Lima de Freitas.

e) Secretário do PNCP;

Magnum Costa de Oliveira

f) Convidados;

Vírginia Bracarense Lopes; Paulo Roberto Sbaraini Lunardi; Andrei Oliveira de Paula.

Pauta

Planejamento de entregas 2024;

Balanço anual em 2023;

Destaques:

Acórdão TCU Nº 2209;

Estrutura do Comitê PNCP e Recursos.

Ata:

1. A reunião foi iniciada com a informação, por parte do representante do Judiciário, o senhor Johanness Eck, da substituição da suplente Luciana Cristina Gomes Coelho Matias pelo senhor Bruno Cesar de Oliveira Lopes, e que o mesmo (Johanness Eck) estava tomando as devidas providências para formalizar este ato. O presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, aproveitou o ensejo para informar da formalização, via ofício do CONSAD, dos novos representantes dos Estados e Distrito Federal. Os representantes anteriores: Virgínia Bracarense Lopes; Ândrei Oliveira de Paula e Paulo Roberto Sbaraini Lunardi, declararam estarem à disposição para a transição dos novos membros. O presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, agradeceu aos representantes dos estados pelos trabalhos efetuados e houve a apresentação dos recém-indicados na representação dos estados, o Senhor Edmilson Martins de Siqueira e Senhora Muriel Moreira, que se apresentaram como membros representantes do Mato Grosso do Sul, declarando estarem à disposição para aprender e se deixaram à disposição para ajudar e contribuir no que puderem. O Senhor Bruno Cesar de Oliveira Lopes, secretário de administração do Conselho Nacional de Justiça, se apresentou como suplente do poder judiciário em substituição à Senhora Luciana Cristina Gomes Coelho Matias. Passada a apresentação inicial e orientação do Presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, aos novos membros, os inserindo no contexto da atual situação do Comitê Gestor do PNCP passa-se aos temas pré-estabelecidos em Pauta inicial.

2. O Secretário da reunião, Magnum Costa de Oliveira, apresentou os números do PNCP em 2023, evidenciando o volume que o PNCP tem tido no cenário de compras públicas. O presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, aproveitou a apresentação para demonstrar a evolução do PNCP de 2021 até a presente data, com um quantitativo de 91 órgãos em 2021, e na presente data, constando com 182 órgãos que já fizeram alguma contratação pelo Portal, dos totais 205 do poder executivo federal. Sobre os municípios, possuem mais de 2200 que publicam no PNCP. Mais números do PNCP foram apresentados para demonstrar a evolução e importância do Portal em nível nacional. O secretário, Magnum Costa de Oliveira, evidenciou que o acesso a este painel interno pode ser disponibilizado a todos os membros do Comitê. Marcelo Bastos chamou a atenção para o dado relacionado ao crescimento, entre 2022 e 2023, de dez vezes o valor homologado, inclusive deixou livre para todos os membros questionarem sobre qualquer dado que seria possível efetuar a filtragem e consegui-lo. Magnum Costa de Oliveira retomou a palavra e declarou que o Painel, em 2024, terá novas evoluções que permitirão a adição dos dados de contratos e atas de registro preços a essas buscas. Virgínia Bracarense Lopes questionou se haveria intenção de disponibilizar o painel interno para o público em geral. O presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, declarou que esta ideia já estava em estudo e que a intenção é de, futuramente, sim, com um ajuste nos dados a serem demonstrados no Portal do PNCP. Foi feita uma complementação da resposta do Presidente em exercício, pelo Magnum Costa de Oliveira, que será necessário também um investimento em questão de estrutura, e que realmente é de interesse trazer uma visão mais geral em relação aos dados que são divulgados aqui, que facilite a gestão. O representante suplente do Poder Legislativo, o senhor Gustavo Terra Elias, achou interessante ressaltar sobre a existência do formato PNCP dados abertos, que existe a possibilidade de fazer levantamento de dados massivos, e questionou sobre a possibilidade de a parte interna deste painel, à qual os membros têm acesso, também não poder ser disponibilizada ao Painel Público. Magnum Costa de Oliveira respondeu, informando inclusive que a API é totalmente integrada aos números que foram disponibilizados, sendo todos de livre acesso, ou seja, o formato de dados abertos permite que a sociedade explore os dados da maneira que quiser, seja academia, sociedade civil, imprensa, etc. Questionou se o intuito da senhora Virgínia ao abordar este tema não foi em questão de consolidação e divulgação dos dados apresentados, dando um maior direcionamento destes para melhor servir à sociedade. Gustavo Terra Elias concordou com esse viés, deixando inclusive como sugestão de realizar uma homologação de quais painéis teriam maior segurança de serem divulgados, para melhor estimular o consumo dos dados do PNCP. O Presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, entendeu então que este seria o primeiro encaminhamento da reunião, assim sugeriu que seria dado um prazo para que todos os membros deliberassem e validassem em conjunto sobre quais desses dados poderiam ser publicados no PNCP. O Secretário Magnum Costa de Oliveira chamou a atenção sobre o estudo técnico feito que demonstra que o Portal, como está

configurado, não suporta uma incorporação dentro do PNCP em larga escala. Sugeriu então que os membros discutissem sobre qual o maior desejo em relação ao conteúdo que deveria estar sendo apresentado no Portal, para que aí fosse trabalhado dentro da infraestrutura construindo um Painel mais robusto que possa atender a este pedido. Após discussão sobre o assunto, ficou definido como encaminhamento que os membros do comitê irão avaliar quais informações são mais pertinentes de serem apresentadas em um relatório a ser publicado no Portal.

3. O secretário Magnum Costa de Oliveira passou para as entregas de 2023, cuja maior inclusão foi o Leilão, com um investimento de mais de R\$ 211.000,00 (Duzentos e Onze Mil Reais); o modo disputa tipo fechado e aberto também foi incluído; caráter sigiloso no contexto do item de compra, o parágrafo quarto do artigo 174. Ao final de dezembro de 2023, será feita a entrega da funcionalidade de alteração dos amparos legais, função esta muito importante que proporcionará uma economia muito grande à União no tocante a incrementar as novas leis que surgirem e devam ser incorporadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas. Evidenciou que, na data atual, todos os dados do PNCP podem ser adquiridos via integração por API de dados. Foi trazida pela senhora Virgínia Bracarense Lopes a importância de avaliar o impacto que essas implementações de credenciamento poderão impactar na infraestrutura do Portal. O presidente em exercício da sessão declarou que essa preocupação foi levada em conta pelo Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, já que estão em um momento de regulamentação do credenciamento. Após uma detalhada explicação sobre o processo de credenciamento, ficou consignado que não haverá maiores preocupações com Portal no sentido de grande aumento na volumetria de dados.

4. Antes da abertura do novo tópico, o presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, evidenciou a necessidade de que, em 2024, será necessária uma complementação no orçamento para o PNCP, uma vez que, em 2023, foi custeado inteiramente pela SEGES no valor de R\$ 4.748.901,41 (quatro milhões, setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e um reais e quarenta e um centavos). O próximo item de pauta trata-se do Planejamento para o PNCP para exercício de 2024. Tendo em vista que foi entregue o parágrafo segundo do artigo 174 quase completamente, faltando apenas o sexto inciso, a disponibilização das notas fiscais eletrônicas. Foi informado também que quarto parágrafo do mesmo artigo da lei de dados abertos foi entregue, dessa forma faltando apenas a entrega do artigo terceiro, que será um desafio tanto na parte técnica, orçamentária quanto de estrutura. Mais informações foram dadas sobre esse terceiro artigo, que trata das funcionalidades do sistema. Foi evidenciado pelo presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, que a ação da SEGES nesse sentido é de aproveitar os sistemas já criados, uma vez que não faz sentido criar sistemas novos, tendo já sistemas consolidados ao longo dos anos que podem cumprir o desejado, dando como exemplo o SICAF. Após a apresentação do Planejamento pelo secretário Magnum Costa de Oliveira, foi solicitada a palavra pelo senhor Gustavo Terra Elias, com a opinião de que, em cima do planejamento, deveria ser feita também uma análise de risco, expandindo do que é mais complexo para também sobre quais oportunidades são mais viáveis, do ponto de vista tecnológico e financeiro. O representante titular do Poder legislativo, o senhor Victor Aguiar Jardim de Amorim, apresentou sua preocupação acerca das implicações do Acórdão TCU nº 2.209/2023, notadamente quanto às determinações destinadas ao CGRNCP com prazo estipulado para atendimento, qual seja, o dia 30/12/2023. Também teceu considerações acerca da necessidade de maior protagonismo do CGRNCP na interlocução com o TCU, como estratégia de sensibilização dos Ministros acerca das dificuldades operacionais e financeiras e da complexidade existente na gestão de uma ferramenta interfederativa. Nesse sentido, Victor Amorim expôs a responsabilidade do Poder Executivo Federal de, por ter a atribuição de presidir o CGRNCP, contribuir para maior empoderamento do colegiado, em especial para estabelecer os canais de comunicação do Comitê nas tratativas formais e institucionais com o TCU e com os parlamentares no tocante à tramitação do PL nº 249/2022. Como esclarecido por Victor Amorim, mesmo como representante titular do Poder Legislativo, a representação externa do CGRNCP é responsabilidade da Presidência do colegiado e que não poderia, por iniciativa própria e em nome do CGRNCP, estabelecer diálogos institucionais com parlamentares e membros do TCU. Assim, solicitou que os membros do CGRNCP fossem inteirados com maior ênfase e constância acerca das iniciativas e das ações da SEGES envolvendo o PNCP, de modo que os membros do colegiado tivessem um papel mais

ativo na gestão do Portal. Por fim, Victor Amorim sugeriu que o CGRNCP publicasse um comunicado oficial esclarecendo sobre o entendimento do colegiado acerca dos §§2º e 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021 como forma de pontuar as discordâncias em relação a algumas premissas de entendimento lançadas pela unidade técnica do TCU no que tange ao conteúdo e ao dimensionamento das funcionalidades de responsabilidade do CGRNCP a serem contempladas no PNCP. O presidente em exercício, Everton Batista dos Santos, agradeceu a franqueza e informou que o relatório destinado ao atendimento das determinações do TCU no Acórdão nº 2.209/2023 já está concluído pela SEGES, e que será brevemente encaminhado para o restante dos membros do Comitê, para que possa ser construído de forma colaborativa, e, se necessário, será feita uma reunião extraordinária para conduzir esse assunto. A priori, como encaminhamento deste tópico, ficou decidido que será feito um Ponto de Controle na quarta-feira (27/12/2023).

5. O secretário da reunião, Magnum Costa de Oliveira, tomou a palavra, verificando que os destaques foram todos perpassados em discussão. O presidente em exercício, encerrando a reunião, agradeceu aos antigos membros representantes dos estados, pelo trabalho e período disponibilizado ao Comitê. Apresentou então o calendário de cronograma prévio das reuniões de 2024, sendo a próxima reunião com data prevista para o dia 03/02/2024. O senhor Gustavo Terra Elias sugeriu que fosse feito um certificado aos membros que encerraram seus trabalhos atestando o período que participaram como membros do Comitê, o presidente se manifestou de acordo com esta sugestão.

6. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Magnum Costa de Oliveira, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Everton Batista dos Santos, Diretor(a)**, em 10/04/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magnum Costa de Oliveira, Coordenador(a)**, em 11/04/2024, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41269451** e o código CRC **F50479C5**.